



## **Rádios Comunitárias e Representação Local. A Licença para a Produção Interativa e suas conseqüências para o Desenvolvimento Local<sup>1</sup>.**

Jovana de Fátima SOMENSI<sup>2</sup>  
Daniela OTA<sup>3</sup>

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

### **Resumo**

O estudo aborda a questão das rádios comunitárias procurando entender sua origem regional e características atuais. Tenta evidenciar os aspectos legais e o posicionamento de setores da sociedade sobre as mesmas. Mostra o que caracteriza uma emissora como propriamente comunitária, diante da diversidade de experiências existentes. Esta pesquisa tem por finalidade descobrir quais são os objetivos das rádios comunitárias locais, e quais as ações tomadas para a efetivação desses objetivos. Além disso, o trabalho se propõe a uma pesquisa direta sobre os conteúdos das rádios comunitárias de Campo Grande, quais os resultados obtidos por elas até hoje, e quais opiniões e participação que a comunidade tem sobre a grade de programação.

**Palavras-chave:** Rádios comunitárias; ação comunitária; desenvolvimento local; conteúdos jornalísticos.

### **A democratização histórica do rádio**

As mídias e formas de comunicação alternativa<sup>4</sup> são um dos principais meios de mobilização social. É de conhecimento geral que grandes ações em prol de objetivos comunitários têm a cerne nos meios de comunicação mais rudimentares: sejam no folheto distribuído nas praças, nas convocações orais, ou, em um âmbito mais abrangente, as rádios, em especial as de alcance definido e de boa qualidade, tanto de grade de programação quanto de participação comunitária.

Antes de iniciar a retrospectiva histórica sobre as rádios comunitárias, cabe uma observação no que concerne o conceito de mídias direcionadas para as comunidades, ou em protesto às estruturas vigentes, são elas: as rádios piratas, livres e comunitárias. Para esse trabalho, as rádios conhecidas como “piratas” são consideradas ilegais, e têm sua

---

<sup>1</sup> Trabalho submetido à Sessão Comunicação audiovisual, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 6º semestre do Curso de Jornalismo da UFMS, e-mail: jfsomensi@msn.com

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora Doutora do Curso de Jornalismo da UFMS, e-mail: ota.msi@terra.com.br.

<sup>4</sup> Para esse trabalho, entende-se Comunicação Alternativa como os meios de comunicação não massificados, aqueles em que há participação da população na produção e distribuição da mensagem a ser transmitida. Dentro dessa definição, encontram-se quaisquer tipos de mídias impressas ou audiovisuais, desde que atendam ao princípio popular manifesto.



origem inspirada na rebeldia dos jovens ingleses que protestaram contra o oficialismo conservador das emissoras, e instalaram emissoras clandestinas que operavam em navios – daí o nome Rádio Pirata, porque emitiam sinais do mar para a terra. Para diversos autores, tais como Peruzzo (1998) e Campos (2001), a partir da década de 80, aproximadamente 20 projetos pioneiros de emissoras populares surgiram no Brasil. Eram, aqui, as Rádios Piratas, conceituadas como transmissões esporádicas, que tocavam a música do povo e falavam de temas de interesse popular.

O entendimento de Rádios livres, para este trabalho, é que são emissoras que entram no ar, ocupam um espaço da programação, sem concessão, permissão ou autorização de canal por parte do Governo, sendo, portanto, caracterizadas como ilegais, com base na Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto-lei 236 de 1967, os quais proíbem a instalação ou utilização de telecomunicações sem autorização do Governo, mas são omissos quanto a tipificação das rádios de baixa potência.

O foco desse trabalho são as Rádios Locais, ou Comunitárias (RadCom), que são radiofusões sonoras, programadas em frequência modulada com baixa frequência e cobertura restrita a uma comunidade específica, sem fins lucrativos e com sede no local da comunidade e têm surgimento e definições previstas pela Lei nº. 9.612, de 19/02/1998<sup>5</sup>.

### **Breve histórico da radiofusão brasileira e o surgimento da radiofusão comunitária**

Dados históricos definidos e pesquisados por diversos autores, como Gonçalves (2007, <http://www.diariodonordeste.globo.com>) e Borges (2003), contam que, em 1922, comemorava-se o primeiro centenário da Independência do Brasil. Naquele ano, precisamente no dia cinco de julho, o Presidente Epitácio Pessoa conseguia dominar a situação política e anunciava, de maneira mais memorável possível, a Exposição do Centenário da Independência a ser realizada no Rio de Janeiro, com inauguração marcada para o dia sete de setembro, para a qual também se marcou a primeira demonstração do rádio no Brasil. Após as manifestações cívicas de hábito, paradas,

---

<sup>5</sup> Segundo o Ministério das comunicações rádio comunitária é um tipo especial de emissora de rádio FM, de alcance limitado a, no máximo, um km a partir de sua antena transmissora, criada para proporcionar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades. Trata-se de uma pequena estação de rádio, que dará condições à comunidade de ter um canal de comunicação inteiramente dedicado a ela, abrindo oportunidade para divulgação de suas idéias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais. A rádio comunitária deve divulgar a cultura, o convívio social e eventos locais; noticiar os acontecimentos comunitários e de utilidade pública; promover atividades educacionais e outras para a melhoria das condições de vida da população. Uma rádio comunitária não pode ter fins lucrativos nem vínculos de qualquer tipo, tais como: partidos políticos e instituições religiosas.



discursos, foi aberta ao público a tão aguardada Exposição e, amplamente divulgado nos jornais e revistas, o discurso de Eptácio Pessoa. Marcada para as 21 horas, foi considerada a primeira transmissão do rádio no Brasil.

Em 1923, foi criada a primeira emissora de rádio comercial do país, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro<sup>6</sup>. Em princípio, o rádio brasileiro foi um reduto de poucos, com programação basicamente voltada para pessoas que tivessem condições de comprar os aparelhos, e de colaborar com a manutenção das rádios existentes. Mas a partir do final da década de 30, o radialismo brasileiro conheceu a inserção de programas publicitários na programação, voltando-se, a partir daí, mais para o lucro como empresa do que para a prestação de serviço como concessão pública. Já no âmbito de democracia proposto por este trabalho, segundo João Batista de Abreu (2004), a primeira emissora livre da América Latina surgiu na Colômbia a Rádio Sutatenza, 24 anos depois da primeira experiência oficial de rádio no Brasil, criada pela Igreja católica com o objetivo de alfabetizar as comunidades camponesas. Em seguida rádios mineiras, na Bolívia, começariam uma vertente distinta das rádios comunitárias: a de expressar lutas de movimentos sociais por seus direitos civis.

No Brasil, as rádios livres começaram a aparecer nos anos setenta, numa época em que o regime militar estava em vigor e os meios de comunicação de massa estavam, de forma predominante, nas mãos de pessoas ou grupos privilegiados com a concessão de canais, por decisão unilateral do Poder Executivo Federal. A primeira experiência foi a da Rádio Paranóica, de Vitória (ES), em outubro de 1970. Seus idealizadores eram dois irmãos, na época com quinze e dezesseis anos de idade. O mais novo foi preso tido como subversivo. Ela surgiu com o slogan “‘Paranáica’, a única que não entra em cadeia com a Agência Nacional”. Apesar de ter sofrido intervenção, voltou a funcionar em 1983 e continua no ar, (até o momento) com nome de Rádio Sempre Livre.

Depois surgiria a Rádio Spectro, de Sorocaba - SP, em 1976. Dados da imprensa informam que essa cidade chegou a ter mais de quarenta emissoras desse tipo no início da década de 80. Outra pioneira, em 1978, foi a RCG - Rádio Globo de Criciúma - SC. (PERUZZO, 1998, p.240)

---

<sup>6</sup> Para alguns pesquisadores, a primeira emissora de rádio brasileira é a Rádio Clube de Pernambuco, fundada em 1919 por um grupo de radiotelegrafistas, mas a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro é considerada como primeira emissora oficial do Brasil.



Segundo Cicília Peruzzo (1998), essas rádios não eram voltadas à democratização informativa e política, e sim à rebeldia e formas alternativas de expressão musical, principalmente. Com o passar dos anos, e o crescimento da experiência comunicativa, esses conceitos foram mudando, até chegar à rádio comunitária, política e socialmente engajada. A autora cita o exemplo da Rádio Novos Rumos, que, segundo ela, funciona diariamente das seis às 24 horas. É a terceira emissora mais ouvida em Queimados - RJ, com 21% dos ouvintes, segundo pesquisa de audiência do IBOPE. A emissora procura atender a todo cidadão o direito a voz na programação.

A proliferação atual de emissoras comunitárias é o resultado de um processo de mobilização social pela regulamentação da radiodifusão de baixa potência, cujo marco histórico é o dia 10 de abril de 1995, data em que o Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, recebeu, em audiência, um grupo de representantes de rádios livres e comunitárias. Nessa ocasião ele reconheceu, publicamente, a existência de milhares de emissoras de baixa potência em todo país e assumiu o compromisso de regulamentar seu funcionamento.

### **A voz do Povo: a Importância das RadCom**

As Rádios Comunitárias são, para um pensamento imediato, o melhor caminho para a mobilização social de uma determinada população, já que os programas e ações envolvendo a comunidade desse tipo de radiodifusão devem, por lei, ser voltados ao benefício e desenvolvimento tanto educacional, cultural e até mesmo profissional da população que a emissora atender. Segundo o inciso quinto do parágrafo três da lei que regulamenta as RadCom, a radiodifusão comunitária deve permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível, dessa forma, a Rádio Comunitária é um canal para a população expor suas idéias, de maneira simples e não onerosa. Mas até onde, na prática, esse tipo de intervenção participativa, principalmente através dos conteúdos jornalísticos, ocorre?

Primeiramente, cabe dizer que diversos tipos de rádios existem, e são enganosamente chamadas comunitárias, já que trabalham em baixa frequência. Para esse trabalho, diversas fontes foram consultadas, como sites, artigos e livros, entendemos que cabe a classificação dessas emissoras da seguinte forma, por ser mais adequada à estrutura das RadCom estudadas em Campo Grande:



1º Emissoras que se caracterizam como eminentemente comunitárias, que atendem as especificações da Lei de 98, uma vez que as organizações comunitárias são responsáveis por todo o processo comunicativo, desde a programação até a gestão do veículo. Não têm fins lucrativos, vivendo de apoio cultural, contribuições de sócios, doações e recursos arrecadados mediante a realização de festas, mesmo que veiculam anúncios comerciais e prestam serviços de áudio a terceiros, através dos chamados “apoios culturais”.

2º Aquelas que prestam alguns serviços comunitários, mas estão sob o controle de poucas pessoas e podem servir como meio de vida para seus idealizadores, os quais, em geral, também são seus donos. Sua finalidade maior é a venda de espaço publicitário, funcionando para a comunidade, mas com interesse de lucro.

3º Aquelas estritamente comerciais, com programação similar às das emissoras convencionais, sem vínculos diretos com a comunidade local. (Em Campo Grande, a professora Cláudia Ruas (2004) cita uma rádio comunitária local que se denomina “comunitária comercial”).

4º E ainda emissoras religiosas, vinculadas às Igrejas Católica e Evangélica. São sustentadas por suas mantenedoras e/ou pela venda de espaço publicitário. Entre elas, algumas fazem programação estritamente religiosa e outras incluem programas de caráter educativo, informativo e cultural.

De fato, muitas emissoras que se dizem comunitárias se caracterizam mais como micro-empresas. São comerciais. Além de venderem espaço publicitário, a estrutura de funcionamento é similar a de qualquer pequena empresa. Sua programação é semelhante a das emissoras comerciais, e reproduzem lógica de comércio, embora introduzam inovações que agradem os ouvintes. Têm donos e visam lucro, cuja aplicação depende unicamente de decisão de seus proprietários.

Sendo assim, entendemos que o estudo das Rádios Comunitárias deve atender o princípio básico da lei que regulamenta o funcionamento delas: não há motivação maior para o pesquisador do que observar se as necessidades comunicativas da sociedade local são atendidas, se há o incentivo para a participação comunitária, se há intervenção em eventos e mobilizações sociais, se há o trabalho profissional do jornalista e quais são as exigências das associações comunitárias que fundaram essas Rádios para atuação de órgãos políticos, sociais e profissionais que queiram manifestar opiniões, sugestões ou, até mesmo, melhorias na comunidade beneficiada.



Por lógica, uma Rádio que se proponha a agir no seio de uma comunidade, participando dos problemas e vitórias, e construindo soluções e desenvolvimento, cuida de temas que não têm, a priori, espaço em outros meios: a cultura, a saúde, a segurança, a organização política. Em um plano ideal, esse tipo de participação diminui a criminalidade, aumenta a solidariedade social, a segurança coletiva, a cidadania e a democracia.

Para ser comunitária, portanto, a rádio deve seguir os padrões da Lei de 98, e, na prática, atender a comunidade, dando voz ao povo, aos gostos e reclamações que a população local tem. Além disso, não deve ter seu objetivo de transmissão voltado ao lucro, e sim à manutenção da instituição. Saúde, política, e temas polêmicos são alguns dos setores que a RadCom deve atender, para que seja efetivamente um meio social mobilizador. A experiência da radiodifusão comunitária evidencia uma crescente demanda pela mídia local e por programas locais nos grandes meios massivos. São canais que possibilitam a expressão das diferenças e ao mesmo tempo das identidades culturais das populações locais. Na comunidade, todos são iguais, um ajuda o outro, todos são solidários, não há excluídos. Por isto o rádio comunitário não deve ter um "dono do microfone", como há no rádio convencional. Também não se deve copiar a programação das emissoras comerciais, porque elas trabalham visando o lucro e não a comunidade.

Como instrumento de comunicação popular o rádio é o meio mais fácil e mais rápido de chegar ao povo, num país com índices altos de analfabetismo e reduzido hábito de leitura. Na comunidade, todos podem ter o seu aparelho de rádio. O de pilha pode ser ouvido em qualquer lugar, tanto pelo agricultor que carpe a terra, como pelo guarda-noturno sobre a bicicleta. A dona de casa que está ouvindo o rádio enquanto costura ou cozinha, pode ligar para a emissora e opinar sobre o que é debatido a respeito do bairro ou da vila. Ela entende a linguagem que está ouvindo e conhece as pessoas, portanto se sente à vontade para participar. É isto que caracteriza a liberdade e o espírito democrático do Rádio Comunitário, e ainda faz com que o cidadão se reconheça, em três níveis, definidos por José Ignacio López Vigil (1984):

Consciência de Pessoa: O simples fato de que o homem marginalizado escute a sua voz ou a de seus companheiros em um meio de comunicação (mesmo alternativo), desperta nele um sentimento de importância, de ser alguém, de ser uma pessoa. Desenvolve-se a consciência da própria identidade. Rompe-se o silêncio, a opressão do silêncio. Penso, logo existo; falo, logo resisto.



**Consciência de Grupo:** Ao escutar as entrevistas de outros companheiros com problemas semelhantes, o camponês, o trabalhador, o marginalizado vai rompendo o isolamento e começa a sentir-se integrado em um grupo mais amplo do que o de sua comunidade ou de seu bairro. Esse sentimento de solidariedade é a semente de uma consciência mais elaborada. É a consciência de classe. Por ela o povo compreende que os poderosos vencem e dominam através do isolamento do próprio povo, da alienação, da desinformação, do afastamento das oportunidades de reflexão.

**Consciência Crítica:** Ao tomar conhecimento de que outros estão sendo oprimidos, mas que lutam, que enfrentam dificuldades de forma organizada, que às vezes fracassam, mas outras vezes têm êxitos, o mundo fixo dessa gente começa a mover-se. A situação difícil de seus semelhantes começa a ser vista como algo que se pode mudar. O povo compreende que a pobreza não vem de Deus ou do destino. A miséria não é coisa natural, mas sim fruto de um sistema social que pode e deve ser mudado. (José Ignacio López Vigil, 1984)

### **Por que estudar as RadCom – A democracia da voz e os possíveis abusos de autoridade.**

Em Campo Grande, embora a bibliografia ainda seja restrita, o levantamento das Rádios Comunitárias e a grade de programação usada por elas, mostra o mal uso de um meio poderoso de ação social. Segundo a professora Cláudia Ruas (2004), a maioria dos responsáveis por essas Rádios acredita que a pesquisa no centro onde funcionam não traria benefícios nenhum à Rádio, e seriam formas de ação da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações – órgão brasileiro responsável pela fiscalização e controle das Rádios, inclusive as Comunitárias) para uma possível apreensão, que é feita, sob ordem da Anatel, pela Polícia Militar. Vale a pena lembrar que não é previsto em lei o ato de lacrar essas Rádios. A apreensão ou lacre com base em dispositivo penal - ainda que estivesse em vigor e fosse aplicável às rádios comunitárias - foge da competência administrativa da Anatel, razão pela qual se definem esses atos como abuso de poder, tanto da Polícia, quanto do órgão mandante (a Anatel age se baseando, segundo a agência, na lei que regulamenta as telecomunicações – e não radiofusões). E por, embora isso, essas autoridades agirem assim, ainda é muito limitada a ação de pesquisa nessas rádios. De acordo com dados da Anatel, no Brasil, nos últimos seis anos, foram fechadas, em média, por semana, 50 rádios que não estavam autorizadas a funcionar



pelo governo. No balanço do primeiro semestre de 2007, foram lacrados mais de dez transmissores radiofônicos por dia. Cerca de metade deles com potência inferior a 25W, que não dá para alcançar mais de cinco quilômetros de raio com recepção sonora de boa qualidade. Rádios tipicamente comunitárias.

A legislação só permite que o governo autorize um canal de rádio comunitária por localidade, exclusivamente em frequência modulada (FM), com uma cobertura restrita à comunidade de um bairro ou vila, operada em potência máxima de 25W e antena não superior a 30 metros. Precisam ser mantidas por fundações ou associações instituídas legalmente e devidamente registradas, sediadas e dirigidas por residentes na mesma área da comunidade atendida. Os equipamentos devem ser homologados ou certificados pelo governo. A formação de redes para transmissão conjunta é proibida, mas elas têm de cumprir um tempo mínimo de operação diária.

A licença para operar será cassada, caso as emissoras provoquem interferência sistemática nas rádios comerciais ou outros serviços de telecomunicação, mas as comunitárias estão proibidas de ter qualquer proteção contra interferência das outras. Patrocínios só são permitidos a título de apoio cultural, apenas de estabelecimentos situados na área da comunidade.

A fiscalização feita pela Anatel em conjunto com a Polícia Federal é uma das principais reclamações das entidades que lutam pela disseminação das rádios comunitárias. Essas entidades alegam perseguição política, defesa dos interesses das rádios comerciais, violência desnecessária e arbitrariedades cometidas, com base em uma legislação, no mínimo, confusa. Elas ainda dizem que a repressão vem de longe, mas teria piorado no governo atual. Números publicados pela própria Anatel (2006) apontam que há fundamento para essas reclamações: em 2002, o número de transmissores lacrados foi semelhante ao de 2005, em torno de dois mil. Mas, naquela época, para cada 11 lacres em equipamentos com potência acima de 25W, era lacrado apenas um de potência menor. Em 2005, a relação é de um para um. Para auxiliar as comunidades que desejam fundar uma rádio comunitária, foi criada a Associação Brasileira de Rádio Comunitária – ABRAÇO<sup>7</sup>.

Ainda é preciso entender as formas de comunicação que tragam benefícios sociais através da sociedade, e não formas externas a ela, e, para além disso, desenvolver uma

---

<sup>7</sup> Com sede em São Paulo, a ABRAÇO tem fornecido completa assessoria para todos os segmentos populares que desejam implantar emissoras livres. Essa assessoria, gratuita, vai desde o modo de fixar a antena no mastro da rádio, até os formulários de habeas corpus para quem sofrer ameaças por dirigir uma rádio livre, desde que pretenda a legalização.





sistematização, coletiva e particular, das formas de agir do cidadão para essa efetivar o interesse que o guie.

Para isso, o estudo das Rádios Comunitárias se faz imperativo, posta a condição pública e atração junto à comunidade, e também posto o lugar de que elas provêm, ou seja, os ideais comunitários (mesmo que em tese), e a motivação regional de melhorias, propagação de cultura, educação e bens locais. Outro ponto a ser estudado e entendido é a verificação se atendem as especificidades da legislação que rege e regulamenta a propagação das RadCom. Fica claro, para esta pesquisa, que todo o órgão que se dispor a dar voz e ouvidos à população a que se dirige age de maneira incômoda à conveniência de meios dominantes da comunicação, afinal, pode representar a propagação da inteligência, da reflexão, do pensar, não só de quem comunica uma mensagem, mas também de quem recebe e age/interage com ela. São poucos os canais disponíveis para isso.

Por fim, estudar a sobrevivência das RadCom também é vital para entender o caminho por onde grande parte delas se desvirtua, afinal, uma empresa que não pode operar com propagandas ou patrocínios e precisa, em sua maioria, de voluntariado para continuar no ar, incluindo doações e a rigidez de horários, tem grandes dificuldades para se manter, e acaba, não sendo isso uma regra, por descumprir essa lei, seja vendendo espaços, seja por meio de propagandas.

A partir do momento que o interesse da Rádio Comunitária instalada for o interesse da população local, a maioria dos impasses quanto às limitações se resolvem, já que há mobilização da sociedade. Resta saber as formas pelas quais essa comunidade pode agir, como, com que finalidades e, principalmente, fazer com que toda a comunidade entenda o objetivo que deve reger uma RadCom: o desenvolvimento do ser social e da coletividade.

### **A radiofusão no Mato Grosso do Sul e as RadCom em Campo Grande**

Segundo Tavares *apud* Ruas, 2004, p. 59, no dia 26 de agosto de 1939, nasceu a PRI-7 – Rádio Sociedade Difusa de Campo Grande. A Rádio Difusora em Campo Grande, propriedade do médico e animador cuiabano Peri Alves Campos foi a primeira emissora de rádio do estado de Mato Grosso. Vinda da onda de desenvolvimento e popularização do rádio no Brasil, após a legalização da publicidade radiofônica, a Rádio Difusora



representou o destaque de Campo Grande no cenário de então: a capital do estado (Cuiabá) demorou mais algum tempo para instalar uma emissora.

Vale lembrar que o material bibliográfico sobre a história da radiofusão em Mato Grosso do Sul é pouco, e que o conteúdo de pesquisa encontra-se basicamente no acervo da revista ARCA<sup>8</sup> (Acervo Histórico de Campo Grande).

Dentre os fatores responsáveis pelo surgimento da Rádio em Campo Grande pode-se citar, por caminhos da história da cidade, o grande fomento da região, que faz fronteira com países da América Latina (Paraguai e Bolívia), e a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que foi fator de grande desenvolvimento econômico e populacional local.

Mesmo antes da criação oficial da Rádio Sociedade oficial de Campo Grande, alguns dos habitantes da cidade já se reuniam para escutar as rádios do Brasil e países vizinhos, como forma de encontros sociais, lazer e informação. O Rádio Clube Campo de Campo Grande-MS cita<sup>9</sup> que o surgimento oficial dessa sociedade foi no natal de 1920, e evoluiu a Rádio Clube Campo para comportar o grande número de sócios.

A rádio em Mato Grosso do Sul (em princípio Mato Grosso) veio com objetivo de entreter e informar a população, assim como no resto do país. Ruas (2004) caracteriza ainda o espetáculo das radionovelas e programas de auditório como os grandes atrativos da rádio. No início, as rádios funcionavam essencialmente com voluntários, que ali trabalham por prazer ou por prestígio social. César (1990) diz que os locutores eram amadores que tinham experiência com microfone, já que não existia profissionalização. A Rádio Difusora encontrava, segundo Ruas (2004, pág. 63), dificuldades já que aparato técnico era restrito, e havia dificuldade de transporte. Assim, segundo a autora, para transmitir uma partida de futebol de outra cidade, por exemplo, gravadores tinham de ser lavados, e depois as gravações transmitidas. Apesar disso, a Rádio trouxe novos horizontes a Campo Grande, que pode trazer novos profissionais, e, em consequência, novos rumos, desenvolvendo-se. A continuação do projeto veio, segundo Ruas (2004) em 1949 pela Rádio AM Cultura e na década de 60 a Rádio Educação Rural.

Até hoje, as rádios são uma das principais formas de comunicação do Estado de Mato Grosso do Sul, visto que as dificuldades logísticas, seja falta de acesso ou falta de energia, o envolvimento da população de qualquer classe social e a facilidade de

---

<sup>8</sup> Pesquisa feita pela Secretaria Municipal de Cultura e Esporte de Campo Grande, que inclui registros históricos, dados e pesquisas publicadas em trabalhos de conclusão de curso realizados por acadêmicos das Universidades de Comunicação Social de Mato Grosso do Sul e usada na obra de Ruas (2004).

<sup>9</sup> <http://www.radioclube.org.br>



aquisição do aparelho radiofônico fazem com que a população escolha o rádio como meio de acesso, mesmo depois do advento da televisão, principalmente nas regiões do Pantanal.

Já as Rádios Comunitárias de Campo Grande não surgiram de agrupamentos sociais, como a rádio comercial: a cerne da primeira RadCom campo-grandense veio de um projeto acadêmico de Comunicação Alternativa, proposto pelo Professor Mestre do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Edson Silva. Em 1993, acadêmicos da disciplina colocaram no ar, através de alto-falantes, a rádio experimental, na comunidade de São Benedito.

As RadCom oficiais, com aparelhagem profissional, surgiram cerca de dois anos depois. O trabalho de Ruas (2004) aponta que a primeira rádio comunitária de Campo Grande pertence à comunidade da Vila Nhá-Nhá, a Rádio Ciclista. Já a mais próspera, que segundo dados do Ministério das Comunicações<sup>10</sup> (2007), continua no ar, é a Rádio Comunitária Segredo, nascida em 13 de agosto de 1995, na Vila Nasser. A RadCom Segredo é de “propriedade” (Silva, 2000) de Mariano Cabreira, político do Partido dos Trabalhadores (PT), e é a emissora que se considera, segundo locutores em entrevista à TV-UCDB em 2002, comunitária comercial. Ambas não puderam ser estudadas devido à, em primeira instância, não-disponibilidade de dados de estatutos e pedidos de concessão e, para além, a não-conformidade com a Lei que regulamenta as RadCom. Entendemos que a pesquisa de rádios comunitárias só será útil e aproveitada se puder contar com a intenção da comunidade de tomar para si os deveres e possibilidades que essa forma de comunicação pode trazer, assim, rádios que possuam donos, ou que não queiram operar de maneira legal não são parte do objeto de estudo desse trabalho.

Mato Grosso do Sul possui, hoje, segundo dados do Ministério das Comunicações, 69 rádios comunitárias legalizadas, entre concessões e autorizações com base na medida provisória nº 2143-33 de dois de maio de 2002<sup>11</sup>. Em Campo Grande, as rádios atuantes são seis:

- Associação Comunitária Nova Maracanã – Bairro Guanadi
- Associação de Integração e Difusão Comunitária das Moreninhas – Bairro Moreninha II
- Associação Louvores ao Rei de Integração Comunitária – Vila Antunes

---

<sup>10</sup> <http://www.mc.gov.br>

<sup>11</sup> A medida autoriza, temporariamente, a execução do serviço de radiofusão comunitária, em função de ter transcorrido o prazo entre a entrada dos processos no Congresso Nacional e sua não-apreciação por parte dos Parlamentares, segundo o art. 64, parágrafos dois e quatro, da Constituição Brasileira.



- Associação da Emissora Segredo FM – Vila Nasser
- Associação Comunitária Atalaia da Última Hora – Bairro Santo Amaro
- Associação Comunitária de Rádio FM Anhanduí – Distrito de Anhanduí – Vila Anhanduí.

Campo Grande possui um número de RadCom oficial abaixo da média registrada pela ABRAÇO, que prevê que para cada rádio comercial exista pelo menos seis outras rádios comunitárias. Ainda assim, o número atual é considerado bom, já que na época da pesquisa da Professora Cláudia Ruas nenhuma RadCom da cidade era autorizada por lei.

Já que o objetivo desse trabalho é analisar a participação da comunidade sobre a produção da rádio que é direcionada para a população dessa comunidade, ou ao menos deveria ser, com fundamentos culturais, informativos e de desenvolvimento, faz-se necessária a observação das RadCom, e estudo da sua grade de programação, assim como de quem a produz e dela participa.

A rádio selecionada foi a Rádio Comunitária Nova Maracanã, fundada em 15 de dezembro de 1998 pela Associação Comunitária Nova Maracanã do bairro Guanandi. O Presidente da Associação, que fundou o projeto da rádio, é Adelino Ferreira dos Santos. A Rádio não tem sede fixa, e possui apenas um funcionário, responsável pelo som, com salário fixo. Os outros que trabalham são voluntários, entre locutores e técnicos. Abaixo a grade de programação da emissora.

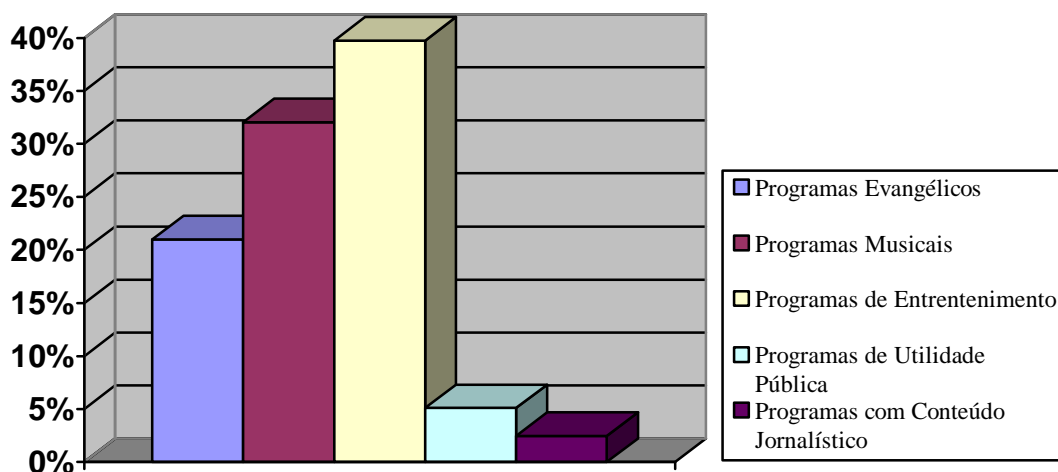
<b>PROGRAMAÇÃO</b>	
<b>Horário</b>	<b>Segunda a Sexta-feira</b>
4h às 7h30	Elias Santos – Presidente do Bairro Programa Porteira Sertaneja
7h30 às 8h	Sérgio Cruz e Brejinho Programa Microfone Aberto
8h às 12h	Osmar Soares Programa Manhã Total
12h às 13h	Escala de locutores Programa Gospel
13h às 15h	Marinalva Pereira Programa Bate papo
15h às 17h	Brejinho Programa Sola da Bota
16h às 18h	César Almeida Programa Frequência Sertaneja
18h às 19h	A hora do Brasil
20h às 22h	Osmilton Batista Programa Resgate
22h às 24h	Escala de locutores Programa Gospel
<b>Horário</b>	<b>Sábado</b>



4h às 9h	Franklim Farreli Programa Sertanejo Brasil
9h às 13h	Osmar Soares Programa Sabadaço
13h às 16h	Wesley Paiva Programa Sábado Super Hits
16h às 19h	Fred Junio Programa Tradição Sertaneja
19h às 24h	Escala de Locutores Programa Gospel
<b>Horário</b>	<b>Domingo</b>
4h às 8h	César Almeida Programa Sertanejo Raiz
8h às 10h	Álvaro Barbosa Programa Atividades Comunitárias
10h às 13h	Escala de Locutores Programa Domingo Total
13h às 16h	Raimundo da Silva Programa Vem com Cristo é bem melhor
16h às 19h	Control Programa Flash Back
19h às 22h	Ana Maria Programa Romântico
22h às 00h30	Raimundo da Silva Programa Gospel A Hora da Libertação

Fonte: Rádio Comunitária: Nova Maracanã

#### Quadro de Estatísticas<sup>12</sup>:



Pelo gráfico e análise da grade de programação podemos perceber a que se destina essa RadCom: fica claro que a grande participação de programas evangélicos se deve ao apoio cultural que as instituições oferecem, e a pouca participação da comunidade. Se

<sup>12</sup> Foram considerados Programas evangélicos todos os que apresentaram conteúdos exclusivamente evangélicos. Programas musicais são aqueles que apresentaram grade essencialmente musical, sem mais atividades. Programas de entretenimento são considerados os que apresentam música e outros atrativos, exceto conteúdos jornalísticos e religiosos. Utilidade Pública foi considerado como prestação de serviço à comunidade e Conteúdos Jornalísticos os programas informativos.



observa que apenas em dois programas a população pode ligar para sugerir músicas, e em nenhuma ocasião há, por exemplo, carta do ouvinte, ou outra tipo de opinião que a audiência julgue necessária. Outro fator observado foi a pequena grade voltada para utilidade pública: há apenas um pequeno espaço que pode (e não necessariamente é ocupado) servir como prestação de serviços, considerados de tal forma. Aqui, na maioria das ocasiões, são apenas avisos sobre achados e perdidos e possíveis problemas, principalmente estruturais, do bairro. Não há diálogo com a comunidade.

A questão mais relevante, no entanto, é a ausência praticamente completa de programas com conteúdo jornalístico feitos pela RadCom. Os únicos horários da semana voltado para o jornalismo é o programa “A hora do Brasil”, que é obrigatório e produzido para transmissão nacional e meia hora diária. Ou seja, as pessoas que moram na área em que a Rádio atua não se reconhecem na programação que ela produz, afinal, o conteúdo é distante e, em sua maioria, burocrático. Não há o cumprimento efetivo da Lei, que diz, claramente, que as rádios comunitárias devem ser produzidas pela comunidade e para a comunidade, desenvolvendo não somente o gosto por radiodifusão, mas a cultura local e, em especial, a sociedade local, por meio do crescimento da consciência pessoal, social e crítica.

Ruas (2004) relata que a população acredita no trabalho da Rádio Nova Maracanã, 62% das pessoas consideram que a rádio ajuda na resolução dos problemas do bairro. No entanto, 64% da comunidade dizem que não participam da programação, e os outros 36% contam que só ligam pedindo música. Ou seja, de cada 100 pessoas, as 36 que ligam na rádio julgam mais útil opinar sobre que trilha escutar do que debater soluções de problemas, culturas, anseios políticos ou a própria vida social em comunidade. Isso porque, na maioria das vezes, o ouvinte não sabe que aquele canal de transmissão é dele, e para o desenvolvimento dele.

Ainda na obra de Ruas (2004), encontramos referência sobre como a Rádio Comunitária Nova Maracanã se apresenta: apenas com nome “Rádio FM Nova Maracanã” e a sintonia “98,7” (hoje sintonia única 106,3). Esse dado evidencia ainda mais o afastamento da RadCom, num bairro em que, segundo dados da Planurb<sup>13</sup> tem 14% da população analfabeta, e mais 14% analfabetos funcionais. A conscientização deveria provir das pessoas envolvidas com a Rádio, e fato é que não acontece. Alguns fatores apontam para a falta de estrutura e condições da população, e outros ainda para a

---

<sup>13</sup> Instituto Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente da Prefeitura de Campo Grande, dados de 1998.



dificuldade de obtenção de recursos para estimular a participação. Seja pelo que for, a conclusão a que se chega é que a primeira mudança deve estar na forma como a comunidade se entende no contexto social, e a Lei, que busca garantir isso, deve ser cumprida. Dessa forma, a fiscalização pública deveria ser mais voltada no sentido de fiscalizar as estruturas das RadCom, e não coibi-las. Entendemos que o desenvolvimento social a que se propõe a criação de uma rádio comunitária só pode ser atingido se houver participação da sociedade, e essa população envolvida somente participa de eventos e ações que sejam oportunidades promissoras. Assim, as RadCom só serão meios democráticos e “democratizantes” a partir do momento que houver conscientização por parte da comunidade de que aquele meio de comunicação é dela, e a ajuda a lutar pelos benefícios sociais a que tem direito. Para isso, é necessária uma mudança no conceito de produção das RadCom de Campo Grande, e a efetivação do modelo a que uma rádio comunitária se propõe: o crescimento e desenvolvimento de seres ligados por uma localização geográfica e laços sociais, uma comunidade, enfim.

### **Referências bibliográficas**

SILVEIRA, Paulo F. **Rádios Comunitárias**. São Paulo: Ed. Del Rey, 2001.

MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio e MASAGÃO, Marcelo. **Rádios Livres, a Reforma Agrária no Ar**. Brasília : Ed. Brasiliense, 1987.

PAIVA, Raquel. **O Retorno da Comunidade: os Novos Caminhos do Social**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2007.

RUAS, Cláudia M.S. **Radiodifusão comunitária: uma estratégia para o desenvolvimento local**. Campo Grande: Ed. UCDB, 2004.

<http://www.obore.com.br>, 1 de junho de 2008, 15h33

<http://bocc.ubi.pt>, 1 de junho de 2008, 14h15 - Cicilia M. Krohling Peruzzo, 1998.

<http://www.radioclube.org.br>, 11 de junho de 2008, 5h26

<http://www.wikipedia.org.pt>, 11 de junho de 2008, 6h04

<http://www.mc.gov.br>, 11 de junho de 2008, 6h25